



**Peixes, gentes e territórios tradicionais
no Submédio e Baixo São Francisco:
uma discussão com base na
Nova Cartografia Social dos Povos
e Comunidades Tradicionais do Brasil**

Ticiano Rodrigo de Oliveira¹

³ Engenheiro de Pesca, Vice-Coordenador do NECTAS/UNEB, e Coordenador do CDTA/UNEB

RESUMO

A pesca no rio São Francisco, assim como uma significativa parcela de outras atividades produtivas realizadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais existentes e habitantes Bacia deste rio, foi uma atividade atingida pelos sucessivos barramentos para a construção de usinas hidroelétricas. Tal atividade tradicional é caracterizada pela subsistência e uso de baixa tecnologia. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho é baseada na da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que iniciou na Amazônia e hoje está presente nas mais diversas partes do Brasil, inclusive nas regiões Submédio e Baixo rio São Francisco. Os relatos dos pescadores são transcritos de forma fiel, e a observação etnográfica é a base para a construção do texto. Os representantes das Comunidades Pescadoras das regiões Submédio e Baixo Rio São Francisco relatam a sua identidade, seus conflitos por terra e territórios, suas estratégias de captura, sua cultura popular e seus modos de organização social. Os pescadores mostraram ter um conhecimento consistente sobre a ecologia e o comportamento da dinâmica do rio. O presente trabalho pretendeu contribuir com o paradigma do desenvolvimento sustentável ao tratar de um fenômeno espacialmente pontualizado: a caracterização das Comunidades de Pescadores e Pescadoras Artesanais das regiões Submédio e Baixo Rio São Francisco, a partir do enfoque dos mesmos.

Palavras-chave: Cartografia Social, Pescadores, Povos e Comunidades Tradicionais, Pesca Artesanal, Rio São Francisco.

ABSTRACT

The river fishing in San Francisco, and a significant portion of other productive activities undertaken by Communities and Traditional Peoples and existing residents of this river basin, an activity was affected by successive buses for the construction of hydroelectric plants. This activity is characterized by traditional subsistence use and low technology. The methodology used for the construction of this work is based on the New Social Mapping of Traditional Peoples and Communities of Brazil, which started in the Amazon and today is present in several parts of Brazil, including regions Submédio River and Lower San Francisco. Reports of fishermen are transcribed in a faithful, and ethnographic observation is the basis for the construction of the text. Representatives of the fishermen Submédio regions and Lower Rio San Francisco reported its identity, its conflicts by land and territories, its strategies to capture, its popular culture and modes of social organization. Fishermen Tuesday showed a consistent knowledge on the ecology and behavior of the dynamics of the river. This study sought to contribute to the paradigm of sustainable development to deal with a special phenomenon: the characterization of the Fishermen and artisanal fishermen and regional Submédio Lower Rio San Francisco, from the same focus.

Keywords: Mapping Social, Fisherman, Peoples and Traditional Communities, Artisanal Fisheries, Rio San Francisco.

INTRODUÇÃO

Nas margens do rio São Francisco, a pesca em pequena escala sempre foi essencial para a segurança alimentar e a redução da pobreza de suas comunidades. Segundo o informe da FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) (2000)– *“A maioria dos pescadores em pequena escala vivem em países em desenvolvimento e muitos deles vivem em comunidades caracterizadas pela pobreza e insegurança alimentar”*. Estas comunidades são caracterizadas como tradicionais. Diegues (1999) expressa bem a importância de tais populações ao afirmar serem essas o grande repositório de parte considerável do saber sobre diversidade biológica conhecido hoje pela humanidade. De acordo com este autor,

“Comunidades Tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a agricultura e a pesca... uma característica importante desse modo de produção mercantil é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc.. Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação”.

Culturas e saberes tradicionais contribuem para a manutenção da biodiversidade dos ecossistemas. Em numerosas situações, na verdade, esses saberes são o resultado de uma evolução conjunta entre as sociedades e seus territórios, o que permitiu um equilíbrio entre ambos.

Para podermos definir o território utilizado pelas Comunidades Tradicionais, devemos voltar mais uma vez ao processo de colonização do nosso país, e conseqüentemente, da formação cultural do nosso povo. Passamos por um período de crise, portanto, devemos analisar quais as saídas para essa transição, onde as organizações governamentais “prepararam o terreno” para a incorporação do território nacional, desde a década de 1930, e essa preparação sofreu um grande dismantelo a partir da década de 1990, quando a afirmação dos Povos e Comunidades Tradicionais foi mais forte a sua luta pelos seus territórios se deu de forma mais organizada. Entramos no século XXI como província do globalismo, assim como entramos no século XVI como província do colonialismo, e já é sabido por todos que o fracassado modelo colonialista é nada mais do opressor e escravagista, fatos históricos que ainda encontram-se intrincados em nossa cultura (Santos, 2002).

Para as sociedades camponesas, o território tem dimensões mais definidas, apesar da agricultura e pecuária itinerantes. Por meio do pousio, é possível demarcar vastas áreas de uso, sem limites definidos. Muitas dessas áreas são de uso comunitário, como no caso das Comunidades de Fundo de Pasto da região de Canudos, Uauá e Curaçá, na Bahia. As terras são posses de uma comunidade, onde seus animais pastam na caatinga virgem. A terra em descanso é a marca de

posse, onde se cultivava a mandioca, o milho e o feijão, tradicionalmente, além de árvores frutíferas. Nos locais mencionados, é estreita a relação com a caatinga, área/nicho importante para sua reprodução social. Dali as comunidades retiram a madeira para os mais diversos fins, como construção e instrumentos de trabalho, medicamentos, lenha, além da atividade da caça.

Estas comunidades sempre sofreram com o processo histórico de exploração sociocultural, exploração esta que é trazida como uma trágica herança cultural, de um povo colonizado, escravizado e servidor. E através destes colonizadores e destes servos é que o povo brasileiro, neste caso especial, o povo ribeirinho do São Francisco, foi formado. Um povo que carrega, embora muitas vezes não saiba ou não admita, talvez por ausência de informação, em suas línguas, costumes e festejos, “coisas indígenas”, que na maioria das vezes se misturam com “coisas européias”. Assim é também com grande parte dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Estas pessoas identificam plantas, bichos, águas, peixes, seres encantados e visagens segundo esta cultura “original”. Povo este que, assim como seus antepassados, é mais do que um transmissor dos modos de vida na beira do rio, e sim os nervos e músculos formadores da sociedade atual, que continua a explorar esta gente, trazendo para elas o progresso e levando consigo, ou ainda, destruindo, ambientes, povos, pessoas e culturas.

De acordo com dados do IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (2007), a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco historicamente representa para o Brasil um caminho de integração de extraordinária importância, por unir regiões de considerável pluviosidade (Centro Oeste e Sudeste) ao semi-árido nordestino, aproximando ainda suas raças, culturas e interesses diversos. Por isso é conhecido como “Rio da Integração Nacional”, descoberto pelos viajantes André Gonçalves e Américo Vespúcio, em 1501

O Rio São Francisco tem a sua nascente histórica na Serra da Canastra, enquanto que a nascente geográfica localiza-se na Serra D'Água, ambas em Minas Gerais. É considerado o terceiro maior rio brasileiro, representando 2/3 da disponibilidade de água doce da Região Nordeste. Ocupa, aproximadamente, 8% do território

Em toda sua extensão a Bacia do Rio São Francisco foi se modificando rapidamente, à medida que sucessivas barragens foram construídas no rio para geração de energia elétrica, provocando profundas alterações na sua dinâmica, em especial na migração reprodutiva das espécies reofilicas. Como consequência disso, ocorreu um intenso desabastecimento de larvas e alevinos no rio, culminando com grave redução dos estoques pesqueiros (IBAMA, 2007).

Não muito além das margens do São Francisco, encontra-se um vasto mediterrâneo de vegetação rala; às vezes fechada em capões altos, confundidos com resquícios de Mata Atlântica; às vezes com pastos “*ralos e secos de arbustos enfezados*” (Ribeiro, 1995). São as florestas das Caatingas, que possuem um tipo particular de população, os caatingueiros, que trazem consigo vasta carga cultural, traduzida nos vaqueiros, folguedos juninos e na religiosidade. Logo, os “*sertanejos-caatingueiros-pescadores*” do São Francisco carregam em sua cultura o convívio com as águas e as secas, tão próximas e em grande parte das vezes tão destruidoras, em suas indústrias de exploração da seca ou na construção das barragens.

A pesca artesanal, assim como a cultura caatingueira, traz consigo danos menores ao ambiente que outros fatores, como a série de barragens que o rio São Francisco possui em sua extensão ou a alteração do seu curso natural, que conseqüentemente geram uma mudança irreparável no ciclo reprodutivo de suas espécies de peixes, o que acarreta na redução dos estoques, afetando assim a atividade pesqueira. Analisando a situação sob este ponto de vista, quem prejudica quem, a pesca artesanal, com sua pequena, mas diversificada quantidade de equipamentos de captura, ou todo o processo de barragens e inundações ao longo do rio? Não se sabe, ou não se discute a questão sobre este foco, sabe-se que as populações, de peixes e gentes, são as mais prejudicadas.

Os estudos relacionados à caracterização socioeconômica das Comunidades Pescadoras na Bacia do Rio São Francisco, em especial nas regiões Submédio e Baixo ainda são muito incipientes, e tais caracterizações são baseadas em questionários estatísticos. O principal documento de caracterização da atividade pesqueira na Bacia do São Francisco é o Censo Estrutural da Pesca (IBAMA, 2006). Poucos trabalhos de caracterização relacionados aos aspectos da

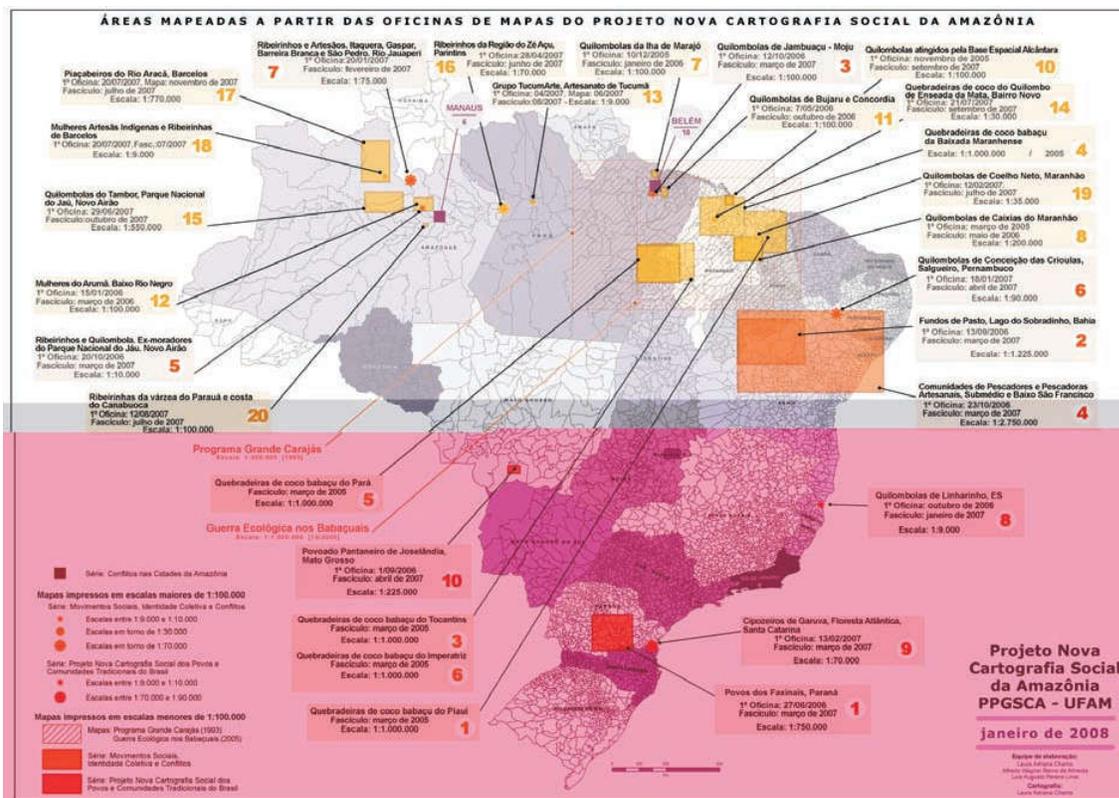
etnoecologia não foram encontrados na pesquisa bibliográfica para a construção deste artigo. O objetivo principal foi registrar os conhecimentos dos pescadores relacionados com a sua ecologia, considerando-se, ainda, os conflitos, festejos e atividades produtivas relacionadas à atividade pesqueira.

METODOLOGIA

O método de pesquisa etnoecológico considera que o conhecimento do homem sobre o ambiente tem um efeito sobre seus atos. O entendimento das estruturas cognitivas de uma população é de grande valor para a compreensão etnoecológica e etnográfica. De acordo com Morán (1990), *“o conhecimento das regras taxonômicas ou estatísticas identifica apenas o comportamento ideal, e não o comportamento observável.”*

O projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil nasceu na Amazônia, sob a coordenação do Professor Alfredo Wagner Berno de Almeida. Baseada numa metodologia participativa, a Cartografia Social é hoje uma das principais ferramentas de afirmação territorial para os Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Segundo matéria publicada no sitio eletrônico Portal UFPA () *“Imagine um mapa que, ao invés de ter informações técnicas, contasse o cotidiano de uma comunidade. Grupos sociais como as mulheres quebradeiras de coco, ribeirinhos, homossexuais, quilombolas, indígenas, entre tantos outros, vêem na cartografia uma maneira de expor seus processos de territorialização e sua identidade. Esses agentes sociais dificilmente conseguem visualizar na cartografia oficial suas demandas, seu território. Existe nelas um vazio de informação, no que diz respeito a estes grupos, suas histórias, suas experiências, suas formas de trabalho, os modos de existência coletiva. A cartografia propõe-se apresentar esses elementos. Neles, emergem a autoconsciência do grupo e a construção e desenvolvimento de identidades próprias.”*

É com base nesta metodologia participativa e de construções etnográficas que baseia-se a construção da Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e este trabalho.



▲ **Figura 2:** Mapa das áreas mapeadas a partir do projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais da Amazônia. FONTE: Grupo de Pesquisa PNCSA/UFAM

Tal projeto discute a situação da Comunidade de Pescadores e Pescadoras Artesanais das regiões Submédio e Baixo rio São Francisco. Com a participação de 21 representantes de Colônias e Associações de Pescadores dos municípios de Penedo, Maceió, Piaçabuçu e Igreja Nova, em Alagoas; Poço Redondo e Canindé do São Francisco, em Pernambuco; Remanso, Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Glória e Paulo Afonso, na Bahia; Petrolina, Petrolândia e Jatobá, em Pernambuco, foram recolhidas as informações para a construção deste trabalho. A partir deste fascículo geral, com representantes das Comunidades Pescadoras destes municípios, estão sendo realizados encontros locais, em cada município, a fim de que as informações sejam melhoradas.

As impressões, definições e lutas descritas neste artigo são de autoria dos próprios pescadores, fato que faz com a metodologia da pesquisa na Cartografia Social se tornar tão característica, cabendo aos pesquisadores a organização do material

coletado, além da mediação das Oficinas. Utilizando-se de cartazes, vídeos, músicas, tradições regionais e discussões por grupos temáticos, a aquisição do material da pesquisa torna-se uma opção mais confiável em relação à aquisição dos dados relatados, devido à sua fidelidade, do que se os mesmos fossem adquiridos com o uso de questionários de entrevista pra preenchimento dos pesquisadores. Após a coleta deste material, a equipe reuniu-se para confrontar as falas de acordo com os temas propostos, organizando o trabalho com os temas Cartografia; Identidade; Memórias dos lugares da terra e da água; Problemas; Lutas e Reivindicações; Potencialidades e Organização, sem esquecer-se de citar músicas tradicionais das fainas entre estes temas. Como parte central do fascículo, o mapa com as tradições, caracterizações da atividade pesqueira, meio ambiente, atividades em contradição, organização, lutas, educação, atividades complementares, infra-estrutura da pesca e manifestações culturais.

Apesar de existirem várias razões para a descrença da metodologia etnoecológica como base para a descrição de comunidades ou atividades produtivas, deve-se reconhecer a sua utilidade na pesquisa como ponto de partida para demais pesquisas ecológicas (MORÁN, 1990). Mesmo as informações sendo incompletas, elas podem servir de referência para informações obtidas com amostragem estatísticas, para serem então cruzadas com métodos estatísticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

“O termo etnoictiologia foi primeiramente empregado na literatura científica por Morrill (1967), incluído em título de artigo e justificado pelo autor como originado a partir do modelo de etnobotânica. No mesmo ano, uma tese defendida na Universidade da Califórnia, por Anderson-Júnior (1967), tratou da classificação de peixes por pescadores artesanais de Hong Kong, tornando-se um referencial básico para estudos etnoictiológicos futuros. No Brasil, deve-se a Begossi e Garavello (1990) a publicação do primeiro trabalho contendo o termo etnoictiologia no título”. (MORÁN, 1990). O estado da arte etnoictiológica, no país e no exterior, demonstra que os pescadores artesanais, tradicionais e indígenas são capazes de acumular, ao longo de suas vidas, um conjunto de conhecimentos

referente à biologia e à ecologia dos peixes e de transmitir esses conhecimentos às gerações seguintes. A atividade pesqueira artesanal requer dos pescadores um conhecimento etnoecológico que possibilite a utilização dos recursos pesqueiros e garanta a sustentabilidade dessa *práxis*. Segundo Oliveira (2005), os pescadores portam o saber e o saber-fazer relacionados com a estrutura e a função dos ecossistemas aos quais estão vinculados: “*Apesar destes transtornos a respeito da atividade, a relação homem-ambiente está claramente expressa no cotidiano desta população. Eles conhecem os melhores meses para a pesca (março a junho), a melhor coloração da água (barrenta e pouco esverdeada), as melhores iscas (camarão para espécies carnívoras, milho e farinha para peixes onívoros). Além desses fatores, a agricultura, por questões históricas e culturais, carregada de seus conhecimentos, é parte integrante no cotidiano desta população.*”

Nesse sentido, os trabalhos de Begossi e Garavello (1990), Marques (1991, 1994) e Begossi e Figueiredo (1995) podem ser considerados como algumas das contribuições mais significativas para a literatura etnoictiológica brasileira. Esses autores buscaram critérios para fundamentar a classificação, a distribuição espacial e temporal, o comportamento e a ecologia trófica das espécies de peixes pelos pescadores, bem como os diversos usos culturais que delas fazem.

Apesar desta enorme contribuição em relação aos estudos etnoictiológicos, as percepções das próprias Comunidades Pescadoras a respeito das atividades e das conseqüências das ações antrópicas nos ambientes onde as mesmas estão inseridas não são descritos, e foi por este motivo que se decidiu inserir as falas fielmente às gravadas nos encontros com os pescadores, para então realizarmos os comentários e discussões.

Santos (2005) afirma que “*numa perspectiva sociológica, mapear uma região é uma forma de falsificar, distorcer, representar ou simbolizar as suas redes de sociabilidades*”. Surge então a necessidade de caracterizar as Comunidades não apenas pelo seu ponto de vista geográfico, mas considerando então a Cartografia Social, inserindo nos mapas das Comunidades ritos, tradições, conflitos e impactos socioambientais, já descritos anteriormente, como mostra a figura 03.

A “Cartografia”, assim chamada pelos participantes da Oficina, é descrita como:

“-...ferramenta, para o pescador que não tem tanto costume da luta política, é uma boa para a luta histórica”. Pedro, Colônia de Petrolândia/PE*.

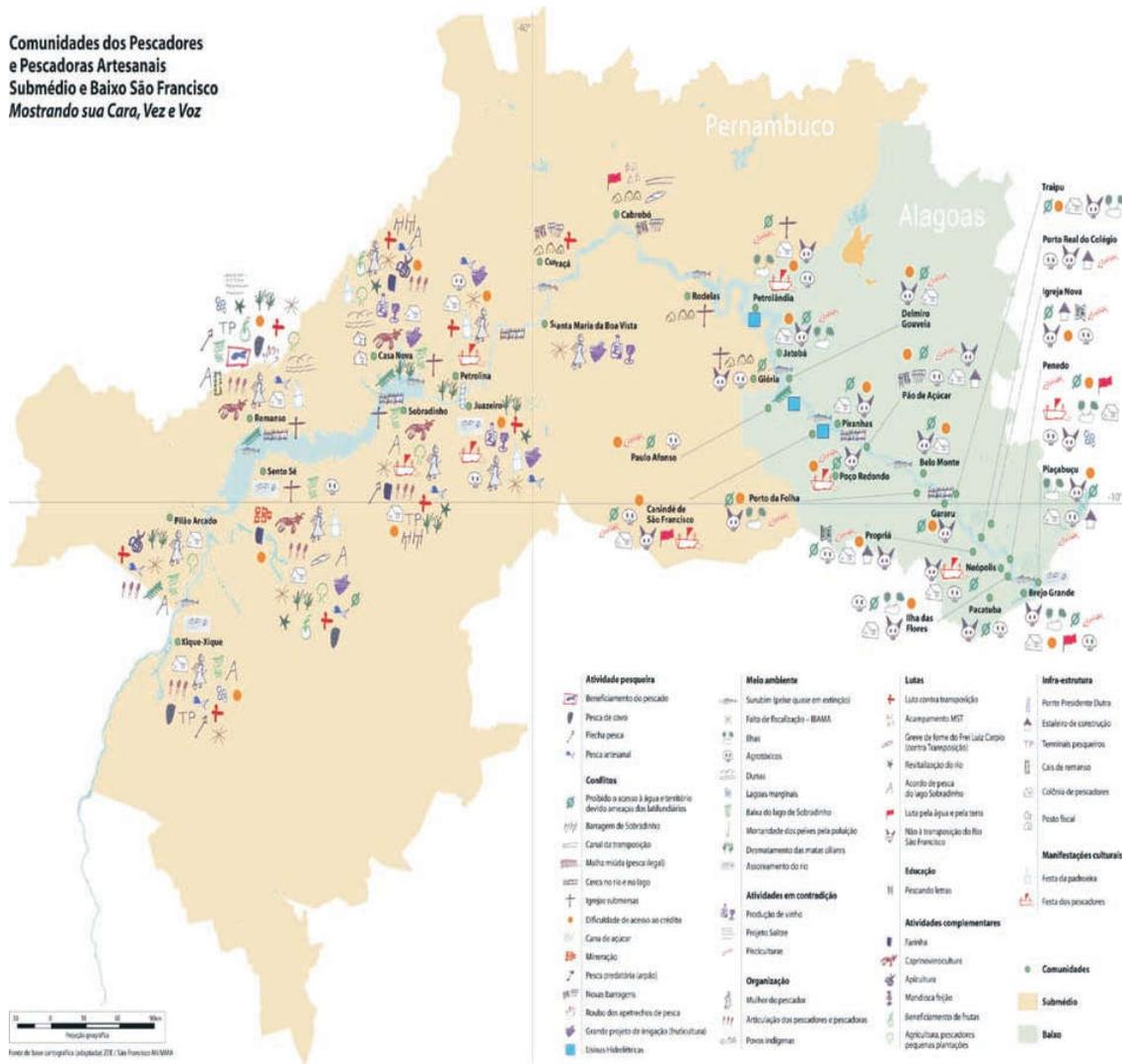
“-...é o registro da história, autografia, luta dos conhecimentos, mapa da situação da realidade” Rutilânia, Colônia de Jatobá/PE.

“- A cartografia pode ser usada nas escolas, no pescando letras, caminhando no rio o pescador pode aprender”... Toinho Pescador, Vice-presidente da Federação de Pescadores de Alagoas.

A pesca, como atividade humana, proporciona e mantém dentro das comunidades tradicionais um patrimônio cultural importante na forma de tecnologias patrimoniais, lendas, festas, culinária, conhecimento ecológico tradicional, além de valores e acordos socioculturais. A redução ou extinção dos recursos naturais nativos determina a ruptura desse sistema socioecológico, causando a extinção gradual da cultura local. A pesca, além de ser uma atividade essencial para a preservação e bem-estar social das comunidades pesqueiras, tem um papel fundamental na manutenção da diversidade cultural e conseqüentemente, na manutenção da biodiversidade regional.

O fator mais importante para o reconhecimento de culturas ou populações tradicionais é o fato das comunidades reconhecerem-se como tais. Os estudos antropológicos reconheceram recentemente esta mudança na identificação das comunidades tradicionais. *“Tais estudos sempre foram, historicamente, direcionados aos estudos das sociedades primitivas, ficando restrita à vontade do pesquisador a identificação destas comunidades, onde, muitas vezes, era esquecida toda a carga sociocultural que os mesmos trazem consigo.” (JUNIOR, NELSON NOVAES PEDROSO).*

Comunidades dos Pescadores e Pescadoras Artesanais Submédio e Baixo São Francisco Mostrando sua Cara, Vez e Voz



▲ **Figura 3:** Mapa da Cartografia Social dos Pescadores e Pescadoras do Submédio e Baixo São Francisco. FONTE: Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Fasc. 04.

Em relação à afirmação como pescador artesanal, as comunidades se afirmam como pescadoras artesanais, e sempre trazem nos seus relatos a conturbada relação com o rio após as suas barragens:

“- A gente éramos as guardiãs do rio. Vivíamos bem, mais fácil, mais bonito, mais farto. Hoje tudo é ao contrário mais difícil, sem abundância, não se encontra mais nada nas margens do rio, não tem como desfrutar, não temos acesso às ilhas, às várzeas, às margens

do rio, perdemos a liberdade. É mais difícil dizer hoje o que somos do que antes. A panela tem que continuar fervendo”. “- Hoje tudo é ao contrário, mais difícil, sem abundância. O pescador não encontra mais nada nas margens do rio, não tem como desfrutar nada, não tem acesso às ilhas, às várzeas, às margens do rio, perdemos a liberdade”. Bida, Presidente da Federação de Pescadores de Alagoas.

Para a construção da Barragem de Itaparica, milhares de famílias ribeirinhas precisaram ser deslocadas de suas casas. Até hoje os impactos sociais são perceptíveis nas Comunidades do São Francisco. Uma área de 834 km² deu lugar a um enorme lago de 150 km de comprimento. Segundo Santos *apud* Suetônio (2005): “*A utilização de uma empresa para determinado fim pode prejudicar outros usos da água, provocando os chamados conflitos de usos. Assim, os usos de uma represa devem ser disciplinados de forma a garantir o melhor aproveitamento econômico e social da água acumulada.*” Além do fator social, os impactos causados às populações de peixes também são graves.

As Comunidades Pescadoras do São Francisco sofreram um forte abalo em suas relações ecológicas devido à série de barramentos que o rio sofreu para a construção de suas usinas hidroelétricas. Não se quer discutir neste trecho da pesquisa a importância ou não das construções destas barragens, mas sim o impacto causado por elas nas comunidades, a partir dos relatos das próprias comunidades.

“- No começo o rio era farto cheio de peixes de toda qualidade. Até sem rede ou tarrafa se pegava peixe em quantidade. As mulheres pegavam peixe com a mão de tanto que tinha. Eram poucos apetrechos, mas se pescava muito mais e não precisava ir muito longe. Todo ano tinham enchido grandes e cheias pequenas, tinha a piracema. Os peixes engordavam e cresciam rápido, pois tinha as várzeas e lagoas marginais, principal berço de reprodução. Tudo formava o meio ambiente completo com aves, animais, plantas de toda qualidade. As plantações de arroz eram fartas árvores frutíferas e medicinais nas margens do rio. Tinha a piracema. Antes não tinham barragens. Tinha vida mesmo sem ter os benefícios. A energia não

é ruim, mas da forma como foi feita é progresso maldito. Antes se clareava com um candeeiro, mas, eu pegava o peixe. Ano passado não teve enchido, mas a CHESF lucrou, o segundo ano é complicado se a chuva não vier, sem cheia não tem produção de peixe e a cada ano está mais difícil, não temos condições de viver. A CHESF tem que diminuir o bolso dela pra poder a gente ter mais condições. Ela precisa ser revitalizada, ela tá fazendo tudo pensando que a gente é cego, mudo e surdo. Por isso, nós pescadores precisamos conhecer melhor o mapa das regiões. Onde estão os projetos das barragens, tem que mostrar aonde vai acontecer as próximas barragens pra gente poder questionar e ver e parar. Se essas novas barragens acontecerem será o fim do baixo São Francisco. Ainda tem tubarana entre outros, mas, a barragem de Xingó apreendeu toda a produção de peixe dos cânion. E isso precisa ser historiado”. Toinho Pescador, Vice-presidente da Federação de Alagoas.

“-Os Grandes Projetos como barramentos, irrigação com agrotóxicos, cana-de-açúcar irrigada com a água do rio, ocupa todo o espaço do pescador dentro das lagoas marginais e no rio, destruindo o principal berçário dos peixes, além do grande nível de poluição, desmatamento e expulsão dos pescadores nas margens do rio e lagoas.” Geraldo, Poço Redondo/SE.

“-Nosso ambiente está desmatado, estão fazendo queimadas. O rio está cada vez mais assoreado e as lagoas e várzeas destruídas. Nossas embarcações já não existem mais devido às barragens”. Juarez, Colônia de Pescadores de Poço Redondo/SE.

“-O Maior predador do rio São Francisco são as malditas barragens, os metais pesados e a poluição com os esgotos, agrotóxicos e a piscicultura.” Pedro, Petrolândia/PE.

“-Nosso lugar pode virar Monumento pra turista ver e como vai ficar nós que vivemos da pescaria? A gente num vai mais poder pegar peixe

aí. Esse povo do governo vem pra enrolar a gente, disseram uma vez que o pescador não ia sofrer em nada, mas, agora sabemos que se virar monumento não vamos ter o direito de pescar o peixe. E aí eles vão fazer o que com os pescadores? Vão pagar uma indenização? Se esse negócio for feito só vai beneficiar o turista”. Orlando Lima, Delmiro Gouveia/AL.

“Impediram a gente de pescar lá porque é lugar do Exército fazer treinamento, impedem a gente de pescar por causa dos criatórios de tilapia. Impediram a gente de viver da pesca por causa das barragens porque desapareceu o peixe, não respeitam pescador porque tem gente que faz a pesca predatória e a gente paga por esses. Temos dificuldades de chegar no Rio porque os fazendeiros não deixam que a gente passe por dentro de suas roças. Até sem terra, quando chega derruba nossa cabana. Será que não temos nenhum direito?” Antonio Gomes, Delmiro Gouveia/AL

“Acontece que tem lugar pra piscicultura, tem lugar pra fazendeiro, tem lugar pra turista, mas, não tem lugar pra pescador viver!” Cícero, Delmiro Gouveia/AL

Um fator de cunho socioeconômico muito importante para estas comunidades é o seguro-defeso, que ocorre no período de novembro a fevereiro, onde os pescadores recebem um salário mínimo por mês durante este período de tempo. Isto também demonstra o grau de organização das colônias em relação a este ponto, apesar de não estarem, em sua maioria, em um nível maior de organização interna e de articulação entre as mesmas. É interessante salientar que o recebimento do seguro-defeso é comumente lembrado pelos pescadores mais jovens.

“- O pescador/a é guerreiro, lutador, guardião do rio. É reconhecido hoje como pescador profissional, já tem sua carteirinha. As mulheres pescadoras já participam mais. Mas, tem também, direitos previdenciários que ainda precisam ser melhorados. Alguns pescadores mais resistentes já conseguem se manter na terra e fazer o seu sustento” Bida.

“- Pescador e pescadora tem um trabalho precário, falta de pescado, múltiplos trabalho, biscates, refém dos grandes projetos e até da pesca irregular. Hoje, tem a carteirinha de pescador profissional, mas, os direitos são muito negados”. Juarez.

A identidade do pescador é afirmada e reafirmada na prática produtiva e cultural cotidiana, revelando fortes elos com o mundo marítimo. Carregada de ambivalências decorrentes da invasão de agentes externos em suas áreas tradicionais, essa manifestação identitária parece, pois, não se dissolver ou se quebrar com o desenvolvimento de outras atividades, ainda que talvez esteja redefinida em seu significado mais profundo, como pode se perceber nas afirmações:

“- Ser pescador artesanal é ser malabarista, é ser artesão que pesca com suas próprias redes, permanece no rio, mas têm outros meio que complementam sua renda, a exemplo, das roças. Dionizio.

“- Artesão é artista: artista pra fazer o covo, flecha, fio, tucum, não tinha o algodão, mas, fazia a rede, a tarrafa, fazia a rede pra deitar e a rede pra pescar, mas também pra fazer embarcação”. Toinho Pescador.

“- Ser pescador/a é ser sábio. Alguém que quer ter uma vida digna com direito à saúde, educação e faz da pesca seu meio de sobrevivência, fortalecendo sua família e demais pessoas. Evânia Ferreira.

“Tem que travar a luta em defesa do Rio, resgatar o orgulho: “sou pescador”, resgatar a história, voltar a ser o verdadeiro pescador, presente no comércio dos peixes, nas lutas..Pedro.

A participação das mulheres na atividade pesqueira é uma parcela muito importante da produção. As esposas dos pescadores possuem um papel distinto no núcleo familiar. Elas são responsáveis, em grande parte, pela construção das redes e,

exclusivamente, pela manutenção das mesmas, sendo por este motivo chamadas de “rendeiras” ou “tecedeiras”.

São comuns na zona rural grupos de mulheres que se reúnem à beira do rio para consertar redes, tratar peixes ou lavar roupas, ao mesmo tempo em que “embalam” a atividade entoando canções de domínio público de caráter religioso (Oliveira, 2005). Ao serem questionadas se as mesmas se consideram pescadoras, a resposta unânime é positiva.

“- Ser Pescadora é cuidar dos apetrechos, é pescar no rio e ainda cuidar dos filhos e da educação, cuidar da venda do pescado, administrar a casa, Pescadora trabalha muito. Danduca.

“- É ainda mais discriminada dentro das Colônias e pelos homens. E mulheres pescadoras/mães solteiras são discriminadas mais ainda. Tem lugares que tem seus direitos negados. Pescador precisa da terra e do rio pra pescar e viver”. Aparecida.

“- Se tem a idéia de que pescador tem que ser sempre miserável, alguém diz: fulana é pescadora, limpa e bonita desse jeito? Já diz logo que ela não tem pinta de pescadora!” Vera Lúcia.

A atividade da piscicultura é vista ao mesmo tempo como um vilão e uma saída para o aumento da renda e conseqüentemente, das condições socioeconômicas das comunidades pescadoras. Observa-se que a grande maioria dos participantes das Oficinas apresenta uma oposição à atividade quase que radical, considerando principalmente a atividade como invasora dos territórios tradicionais e das áreas de pesca das comunidades, como exemplifica o Sr. Adelson Santos, Colônia Z-42, Poço Redondo/SE:

“-O território da gente é todo o São Francisco, mas, estamos sendo impedidos de ter acesso a terra e a água. Existem muitas ameaças por parte dos latifundiários, fazendeiros e autoridades. Ameaçam até com tiro, com xingamento, eles cercam tudo”.

É impossível, no âmbito deste artigo, realizar uma análise baseada em dados técnicos oficiais dos impactos das atividades humanas sobre os ambientes aquáticos, uma vez que esta não é a intenção deste trabalho. Estas atividades tem se acentuado em toda a Bacia do São Francisco, com o intenso crescimento econômico, baseado na agroindústria de exportação e agricultura irrigada, na expansão urbana, na mineração e desmatamento intensivo, na construção de hidrelétricas cada vez maiores. Esses processos resultaram em altos níveis de degradação ambiental e poluição das águas, assoreamento do rio, as suas lagoas marginais, aumento do teor de metais pesados e mercúrio tanto em águas costeiras quanto interiores, salinização de áreas irrigadas, ocupação desordenada de ambientes costeiros, dentre tantos outros exemplos de degradação ambiental existentes na bacia do rio São Francisco.

Nesse sentido, as atividades que reduzem as áreas tradicionais de pesca ou dificultam o acesso aos locais de trabalho, como a expansão urbana indiscriminada, a expansão das monoculturas, a exemplo da região de Juazeiro e Petrolina, a destruição de habitats importantes como o mangue, a carcinicultura de exportação e a degradação ambiental são processos que afetam negativamente a segurança alimentar das comunidades costeiras, sobretudo as mais pobres.

Por isso a piscicultura se enquadra, na visão da maioria dos pescadores, como uma atividade degradadora e de intensa exclusão social:

“-A piscicultura vem para substituir a pesca artesanal. São projetos de imposição. A SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca) beneficia mais os grandes que os pescadores artesanais. O pescado dos criatórios é mais bonito, mais gordo, só que num é saudável e quando a gente vai pra feira nosso pescado que é mais saudável, mais é mais feioso é que perde.” Juarez, Colônia de Pescadores de Poço Redondo/SE.

“- A piscicultura vem contaminando as águas e matando o pescado nativo, onde tem tanque-rede, tem muito rabo de raposa (*Hegeria densa*, macrófita bioindicadora de águas eutrofizadas). A criação de tilápia em cativeiro é inviável, porque o espaço do rio seria pequeno

com os tanques-rede para atender a todos os pescadores. A relação de trabalho na piscicultura é complicada com os projetos que os ricos querem, eles se apoderaram da piscicultura assim como da irrigação e outros. “O que acontece com a família de pescador quando ele deixa de ser pescador para ser criador? Ele vira um escravo. Para que serve esses peixes de criação a não ser pra poluir o rio. Tem o rabo de raposa que está infestando o rio. O peixe da piscicultura está servindo para os pescadores ou para Bahia Pesca? Então, o tanque rede é problema ou solução?”. Bida, Presidente da Federação de Pescadores de Alagoas.

CONCLUSÃO

Os recursos pesqueiros do rio São Francisco desempenham um papel significativo na vida dos pescadores que habitam esta região, uma vez que estes dependem diretamente do pescado para sua subsistência material e social. Tais recursos, contudo, vêm diminuindo drasticamente devido às diversas ações antrópicas, como a pesca predatória, o represamento e assoreamento do rio, o desmatamento das suas matas ciliares e introdução de espécies exóticas, como o tucunaré. Os pescadores mostraram ter um conhecimento consistente sobre a ecologia e o comportamento da dinâmica do rio. Esse conjunto de informações necessita ser mais bem explorado para que pesquisas sobre manejo, conservação e uso sustentável dos recursos pesqueiros do rio São Francisco e seus afluentes possam ser efetiva e eficazmente implementadas.

O presente trabalho pretendeu contribuir com o paradigma do desenvolvimento sustentável ao tratar de um fenômeno espacialmente pontualizado: a caracterização das Comunidades de Pescadores e Pescadoras Artesanais das regiões Submédio e Baixo Rio São Francisco, a partir do enfoque dos mesmos. Tal caracterização servirá como base para futuras pesquisas e construções de políticas públicas mais participativas e que beneficiem não só essas, mas todos os Povos e Comunidades Tradicionais que habitam o rio São Francisco.

REFERÊNCIAS

ANA/GEF/PNUMA/OEA – Síntese do Resumo Executivo do Plano Decenal de Recursos

BEGOSSI, A. et al. Uses of fish and game by inhabitants of an extractive reserve (Upper Juruá, Acre, Brazil). *Environment, Development and Sustainability*, Amsterdam, v.

BEGOSSI, A.; BRAGA, F.M.deS. Tradições Alimentares e medicina popular dos pescadores do rio Tocantins (Food taboos and folk medicine among fishermen from the Tocantins River) (Brasil). *Amazoniana*, Kiel, v. 12, p. 101-118, 1992.

BEGOSSI, A.; FIGUEIREDO, J.L. Etnoictiologia de Pescadores da Costa Sul: Casos de Búzios ed a Baía de Sepetiba (Brasil). *Ethnoichthyology of southern coastal fishermen: cases from Búzios Island and Sepetiba Bay (Brazil)*. *Bull. Mar. Sci.*, Miami, v. 56, n. 2, p.

BEGOSSI, A.; GARAVELLO, J.C. Notas sobre etnoictiologia do Rio Tocantins (Notes on the ethnoichthyology from Tocantins River). *Acta Amazonica*, Manaus, v. 20, p. 341-351, 1990.

BEGOSSI, A.; PETRERE-JÚNIOR, M. Utilização de recursos aquáticos e tecnologia entre pescadores do Médio Tocantins (GO e MA). In: DIEGUES, A.C.; SALES, R.R. (Coords.). *ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR DO BRASIL*, 2, 1988, São Paulo. Coletânea de trabalhos apresentados... São Paulo: IOUSP/Fundação

COSTA-NETO, E.M. Etnoictiologia, desenvolvimento e sustentabilidade no litoral norte baiano: um estudo de caso entre os pescadores do município do Conde. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos de Sant'Anna. *Pescadores, camponeses e Trabalhadores do Mar*. Ed. Hucitec, São Paulo-SP, 1986.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – Pautas técnicas para a pesca responsável, Ed. FAO, Canadá, 2000. Ford/UICN, 1988. p. 158-169. Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – PBHSF (2004 – 2013), Brasília.

IBAMA - ESTATÍSTICA PESQUEIRA: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – ESTATÍSTICA DE DESEMBARQUE PESQUEIRO – CENSO ESTRUTURAL DA PESCA – 2006. PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO

MARQUES, J.G.W. Aspectos ecológicos na ictiologia dos pescadores do Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

MORÁN, Emílio F. A Ecologia Humana das Populações da Amazônia. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1990.

SANTOS, Juracy Marques dos (Org.). apud Oliveira, T.R.A., Ecologias do São Francisco. Paulo Afonso/BA, Ed. Fonte Viva, 2006.

SANTOS, Juracy Marques dos (Org.). Ecologia de Homens e Mulheres do Semi-Árido. Paulo Afonso/BA, Ed. Fonte Viva, 2005.

SÍTIO ELETRÔNICO PORTAL UFPA: http://www.ufpa.br/ascom/index.php?option=com_content&view=article&id=56:projeto-aplica-a-cartografia-como-forma-de-identificacao-social&catid=37:em-destaque, ACESSADO EM 27/07/2008.